

**A PRÁTICA DA PSICOLOGIA EM UMA  
UNIDADE PENAL: EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO**  
**THE PRACTICE OF PSYCHOLOGY IN A CRIMINAL UNIT: EXPERIENCE OF A STAGE.**

*Silvia do Carmo Patarelli<sup>1</sup>  
Natalia Zanuto de Oliveira<sup>2</sup>  
Renata Saravy de Carvalho<sup>3</sup>*

**RESUMO:**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a vivência prática de estudantes de Psicologia em um estágio extracurricular realizado na PEL (Penitenciária Estadual de Londrina). Essa instituição é uma unidade penal localizada na cidade de Londrina - Paraná e sua população é formada por internos do sexo masculino. Pretende-se neste artigo, expor também, o histórico da instituição, a qual foi fundada em 1994 e tinha como proposta inicial a reclusão de internos condenados. Porém há quatro anos alojam-se presos provisórios que aguardam seu julgamento. A unidade é dividida em setores, para melhor operacionalização do trabalho e alguns destes são: o Setor Jurídico, Setor da Psicologia, Serviço Social, Segurança, entre outros. A unidade na época, contava com o trabalho de duas psicólogas e estagiárias de graduação do curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia. Alguns dos trabalhos desenvolvidos por nós no setor embargam a entrevista inicial, o atendimento de apoio, o acompanhamento psicológico, e o grupo de apoio e orientação na dependência química. Pelo viés psicanalítico o trabalho é conduzido no sentido da expressão da subjetividade, diante do espaço ofertado para a escuta e o acompanhamento psicológico. A relação que o indivíduo tem com a adicção é notável, considerando o elevado índice de internos usuários de substância química, e a ocorrência de delitos em função de tal relação. Propomos também, apresentar o conceito de adicção, e a necessidade do indivíduo de lançar mão de objetos externos para se expressar enquanto sujeito. Segundo Marta Conte (1995), de acordo com a realidade do indivíduo que faz uso da droga, ele a escolhe com o objetivo de estar num lugar de exceção. Ela é encontrada num ambiente de criminalidade, pois se sabe que as mais procuradas são de ordem ilícita, e dessa forma, a criminalidade é o meio escolhido para adquiri-la.

**PALAVRAS CHAVES:** psicologia jurídica, unidade penal, estágio extracurricular e adicção

**ABSTRACT:**

This work aims to present the living practice of psychology students in an extracurricular internship conducted in PEL (Londrina State Penitentiary). This institution is a criminal unit in the city of Londrina - Paraná and its population is made up of internal male. This article is intended to also display the history of the institution, which was founded in 1994 and had the initial proposal of inmates sentenced to imprisonment. But four years ago to lodge provisional prisoners awaiting their trial. The unit is divided into sectors, to better carry out the work and some of these are: the Legal Sector, Division of Psychology, Social Security, among others. The unit at the time, had the work of two psychologists and interns undergraduate psychology students of the University Center Philadelphia. Some of the work undertaken by us in the industry embargam the initial interview, the supportive care, mental health counseling, and group support and guidance in addiction. By psychoanalytical work is conducted towards the expression of subjectivity, before the space offered for listening and counseling. The relationship that the individual has with addiction is remarkable considering the high rate of internal users of chemicals and the occurrence of crimes on the basis of such a relationship. We also propose, introduce the concept of addiction, the individual and the need to resort to external objects as subject to express yourself. According to Marta Conte (1995), according to the reality of the individual who makes use of the drug, he chooses in order to be in a place of exception. It is found in an environment of crime, it is known that the most sought after are illegal order, and thus the crime is the means chosen to acquire it.

**KEYWORDS:** forensic psychology, criminal unit, extracurricular and addiction stage

## 1. INTRODUÇÃO

A PEL (Penitenciária Estadual de Londrina) é uma unidade penal localizada na cidade de Londrina - Paraná, fundada em 1994, inicialmente destinada à reclusão de

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia, Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil e Orientadora do Projeto e do artigo.

<sup>2</sup> Discente do terceiro ano do curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil e estagiária da PEL. R: Lyda Monteiro da Silva, 93. Jd. Santa Mônica Londrina - PR. CEP: 86079-410; natalia\_zanuto@hotmail.com.

<sup>3</sup> Discente do quinto ano do curso de Psicologia da Unifil e estagiária da PEL. R: Paranaguá, 803. Londrina - PR, CEP: 86020-912, renatasaravy@hotmail.com.

presos condenados, mas que atualmente abriga presos do sexo masculino em regime fechado e em regime semi-aberto. Esta unidade foi por um período de dois anos o local em que realizamos um estágio extracurricular, do qual o presente trabalho tem como objetivo apresentar esta vivência prática.

A unidade é dividida em setores, para melhor operacionalização do trabalho e alguns destes são: o Setor Jurídico, Setor da Psicologia, Serviço Social, Segurança, entre outros. O estágio foi realizado de 2009 à 2011, porém estivemos trabalhando juntas no ano de 2010, nesse período a unidade contava com o trabalho de duas psicólogas e estagiárias de graduação do curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia.

Algumas atividades do setor de psicologia são base para a realização de um bom trabalho, atividades estas que nós tivemos oportunidade de realizar durante nosso estágio. Alguns desses trabalhos foram: entrevista inicial, o atendimento de apoio, o acompanhamento psicológico, e o grupo de apoio e orientação na dependência química.

Um aspecto muito percebido durante o trabalho foi à relação que o indivíduo tinha com a adicção<sup>1</sup>, levando-se em conta o elevado índice de internos usuários de substância química, e a ocorrência de delitos em função de tal relação. Através do conceito de adicção é possível entender como o indivíduo lança mão de um objeto externo para poder se expressar enquanto sujeito. Segundo Marta Conte (1995), de acordo com a realidade do indivíduo que faz uso da droga, ele a escolhe com o objetivo de estar num lugar de exceção. O meio escolhido para a aquisição da droga é a criminalidade, uma vez que as mais procuradas são de ordem ilícita.

## 2. A INSTITUIÇÃO

100

A Penitenciária Estadual de Londrina, mais conhecida como PEL, foi fundada em 1994, destinada à Unidade Penal para internos condenados. No ano de 2007 passou a comportar pessoas presas em estágio provisório, indivíduos que são transferidos de Distritos e Delegacias e que aguardarão a definição de seus processos na unidade. Recebe internos que foram presos pela primeira vez – primários – e que esperarão por seu julgamento, condenação ou o alvará de soltura na unidade. Recebe também reclusos reincidentes, que já estiveram presos anteriormente, estavam em liberdade e são detidos novamente por um novo delito ou por descumprimento de ordem judicial relativo à pena anterior. (DEPEN, 2010)

Na época da realização do estágio, a população da unidade como um todo era de aproximadamente 569 (setembro de 2010) pessoas presas do sexo masculino. Entretanto, em abril de 2010, criou-se o projeto de Regime Semi-aberto em Londrina - e a PEL escolhida para a implantação deste - uma vez que no estado do Paraná a única unidade capaz de receber internos no cumprimento deste tipo de medida localiza-se em Curitiba.

O projeto é oferecido aos internos que são condenados em regime semi-aberto e àqueles que adquirem progressão do regime fechado para o regime semi-aberto, de acordo com o prescrito em sua condenação. Desta forma, a Unidade foi dividida em dois ambientes, já que os internos em regime semi-aberto não podem ter contato com os que ainda estão em regime fechado. Os profissionais foram divididos, para que o trabalho fosse distribuído e executado diariamente sem acúmulo de serviço. O presente trabalho atém-se à nossa experiência de atuação enquanto estagiárias do Setor de Psicologia, com os internos em regime fechado, por esse motivo nos limitaremos a falar desta vivência.

<sup>1</sup> Relativo ao sujeito que lança mão de um objeto externo (neste caso a droga) na tentativa de se defender de sentimentos depressivos e/ou de um vazio existencial derivado de experiências precoces de desamparo. (Zimmerman, 2001; Gurfinkel, 1995)

Na época, a população era de aproximadamente 378 internos em regime fechado, distribuídos em sete galerias, destas, seis com 10 cubículos e uma com sete cubículos. Em cada alojamento há seis camas, mas devido à demanda da cidade de Londrina e região metropolitana, aloja até oito internos, sendo esta a lotação máxima por cela. Há uma galeria destinada a internos que cumpre medida disciplinar por desrespeito a alguma norma da instituição, em que são cubículos pequenos com duas camas em cada, sendo que sua capacidade máxima é de quatro internos por cubículo, de acordo com a demanda da Unidade.

Dentre os vários setores que existem na Unidade, encontram-se a DIOQ, DISED, Setor de Psicologia, Setor de Serviço Social, CPD, Setor Jurídico, Setor médico entre outros.

No período de realização do estágio, o setor de Psicologia era formado por uma profissional concursada, para o regime fechado, e por três estagiárias, duas presentes diariamente e uma voluntária, presente duas vezes na semana, todas cursando graduação em Psicologia.

Alguns dos trabalhos realizados pelo setor de psicologia eram: a Entrevista Inicial, o Atendimento de Apoio, o Acompanhamento Psicológico Individual e os Grupos de Apoio e Orientação na Dependência Química. A entrevista inicial, também chamada de Triagem, é feita assim que o interno chega à Unidade. Durante a triagem, os internos se mantêm por um período de 20 dias à disposição dos setores, para que todos possam fazer uma entrevista inicial. Nela colhemos os dados históricos pessoais sobre a vida familiar, conjugal, escolar, dados de atividades laborativas, a vida pregressa do interno, sua condição em liberdade, o histórico de delitos na menoridade e na maioridade, histórico de contato com drogas, com o intuito de conhecer um pouco do antecedente de vida daquele indivíduo. Uma triagem bem feita norteia o trabalho e garante na maioria das vezes subsídio para estudos de casos e avaliações futuras mais dignas e próximas da realidade individual de cada interno.

Com a triagem feita, o interno é aconselhado a mandar bilhetes para o setor de Psicologia quando necessitar. Neste caso caracteriza-se o atendimento de apoio quando o interno solicita o atendimento ao setor, mas sua demanda não é necessariamente psicológica, nesta modalidade é oferecido o trabalho de escuta e acolhimento. A forma escolhida para uma comunicação mais fácil e prática dos internos para com os setores, é através de bilhetes destinados a cada setor de sua necessidade, identificando-se com seu nome e número da cela. Dessa maneira consegue-se saber quando o interno requer ser chamado. Também é chamado de atendimento de apoio quando o recluso é encaminhado a pedido de outro setor da Unidade. Por exemplo, à orientação em casos de tuberculose, notícias de óbito de familiares junto ao Serviço Social, e outros.

Além do atendimento de apoio, há os acompanhamentos psicológicos individuais, que ocorre quinzenalmente por nós estagiárias, e pela profissional de psicologia, em alguns eventuais casos o atendimento acontece semanalmente ou mensalmente. Tais acompanhamentos são divididos, durante o estudo de caso que é feito sobre cada indivíduo, em comunhão com a psiquiatria. Então, cada uma de nós possui contratos firmados com os internos em que se percebe a necessidade, ou para aqueles que se interessem pelo acompanhamento. A média de internos atendidos nos acompanhamentos individuais era de aproximadamente 50 reclusos. Nos atendimentos individuais, foram prestados os serviços de escuta, acolhimento e psicoterapia breve e focal de acordo com a demanda de cada interno.

101

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

Sobre os grupos de Apoio e Orientação na Dependência Química, faremos um breve relato de como se iniciou e se manteve esse trabalho. Em meados de 2006, a Psicóloga, a Psiquiatra e a então estagiária de Psicologia da Unidade, percebendo a alta demanda de internos dependentes químicos e a necessidade de que o tema fosse trabalhado, estruturaram reuniões em que se tratava sobre as diversas drogas, sobre dependência química e outros temas referentes. Algum tempo depois, em virtude da mudança da legislação de tóxicos (lei de drogas ou antidrogas) e do novo artigo 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, uma juíza do Juizado Especial Criminal (JEC) da cidade de Londrina, se interessou pela forma como o tema vinha sendo trabalhado e, então, oficializou as reuniões como uma forma do cumprimento desta pena enquanto o sujeito estiver na unidade respondendo outro delito.

O artigo 28 da Lei nº 11.343/06 revogou o artigo 16 da antiga Lei nº 6.368/76 que previa detenção de seis meses a dois anos aos indivíduos que fossem pegos, portanto substância ilícitas em quantidade que caracterizasse consumo próprio.

Segundo Silva (2006), “A conduta de “posse” de drogas para consumo próprio continua sendo um fato típico, antijurídico, culpável e punível.”. Houve a despenalização mista desta posse de drogas, mas a conduta descrita no artigo 28 da Lei 11.343/06 continua sendo ilícita – infração, mas sem natureza penal. Isso significa dizer que a sanção aplicada não inclui detenção ou reclusão do sujeito, mas que o fato de estar em posse de substância ilícita ainda configura uma ação da mesma natureza.

Deste modo, o trabalho que se desenvolve na unidade refere-se à pena sob forma de “III- medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.”, de acordo com a lei e sanção aplicada pelo Juizado Especial Criminal.

102

Com o estabelecimento desta parceria, houve a adaptação dos temas de modo que viessem a contemplar a necessidade da nova lei vigente. As reuniões são divididas em assuntos relativos à dependência química e sua classificação, desenvolvimento do comportamento dependente, formas de tratamento, e as diversas drogas, sua origem, atuação e conseqüências.

O grupo do Programa Saiba, como é conhecido, tem sido perene na unidade, e com numero variável de reclusos que respondem a sanção de medida educativa, já que todo mês são incluídos novos membros e há, também, aqueles que encerram sua sanção. O tempo de participação do grupo varia de 2 (dois) à 5 (cinco) meses, de acordo com determinação judicial, ocorre semanalmente e são enviados relatórios mensais ao Juizado Especial Criminal, sobre a freqüência e participação dos internos. Neste grupo, em especial, há, também, um trabalho de sensibilização dos participantes para o trabalho com dependência química, já que a característica de o grupo ser obrigatório e a condição de usuário de drogas de parte dos membros dificultam, em alguns momentos, o trabalho.

Há, também, mais dois grupos de demanda espontânea, ou seja, internos que tiveram contato com drogas quando estavam em liberdade, fazendo seu uso ou os interessados em ter conhecimento sobre substâncias químicas que causam dependência, sua origem, atuação e conseqüência. Cada grupo é formado por até 15 participantes e os grupos ocorrem quinzenalmente.

No entanto, qualquer tipo de atendimento prestado na unidade necessita do consentimento da segurança, tendo em vista que se trata de uma unidade penal de segurança máxima, onde primordialmente enfatiza-se um ambiente em segurança para o trabalho.

Existe o trabalho multidisciplinar dentro da Unidade, onde os setores mantêm a troca de informações diariamente. Acredita-se na importância que essa característica

possui e que seja preservada em se tratando de uma unidade penal, onde as exigências são maiores e a necessidade de que todos estejam dispostos a trabalhar em conjunto permaneça para poder diminuir as dificuldades que certamente fazem parte da rotina dos funcionários.

### 3. A RELAÇÃO INDIVÍDUO - DROGA – DELITO

A maioria dos que estão presos na Penitenciária tiveram pelos menos uma vez algum contato com substâncias ilícitas em sua vida pregressa. Em nossa vivência, de acordo com os relatos ouvidos, pudemos perceber que os primeiros contatos com substâncias ilícitas ocorrem no início da adolescência, e a primeira droga ilícita que experimentam na maioria das vezes é a maconha. Posteriormente passam a conhecer os outros tipos de drogas, até chegarem ao crack, considerado por eles a química mais devastadora de todas.

Pesquisas indicam que a adolescência configura o período crítico para a experimentação e iniciação do uso de drogas ilícitas. De acordo com Pratta e Santos (2012) a literatura indica que:

o primeiro contato com a droga geralmente ocorre na adolescência, uma vez que esse é um período marcado por muitas e profundas mudanças, tanto físicas quanto psíquicas, que tornam o adolescente mais vulnerável.

Esse dado pode ser evidenciado em outra pesquisa realizado pelo Centro de Referência em Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod), órgão ligado a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, aponta que 40% dos jovens atendidos iniciam o uso de drogas entre os 7 e 11 anos. (SAUDE, 2012)

Em relação à primeira substância a ser utilizada, o observado no campo de estagio pôde ser confirmado através da pesquisa realizada por Sabino e Cazenave (2012) com dependentes químicos em tratamento, em que foi constatado que as “primeiras drogas usadas pelos participantes foram álcool e maconha”.

Durante os atendimentos na Pel pudemos perceber que o interno nasce num contexto onde a droga existe com abundância, portanto, a facilidade com que ele chegue até ela é relativamente maior. Infelizmente essa é a realidade da maioria dos que estão presos na Pel. Em decorrência disso, percebemos que o envolvimento com a droga, traz muitos prejuízos, além de complicações com a justiça.

Há internos que são presos contendo consigo drogas, comprada para uso próprio, mas que podem – muitas vezes vão – ser presos e responder pelo tráfico de drogas, e não como usuário. Ou seja, seu problema com a justiça agrava-se. Por se tratar de crime hediondo, a condenação imposta pelo artigo 33 da Lei nº 11.343/06 – tráfico de drogas – é maior; isto implica que o indivíduo fique preso por mais tempo do que em delitos considerados de menor gravidade.

Não podemos deixar de relacionar o uso de drogas com os delitos cometidos pelos internos, pois muitos usuários diante da deficiente condição financeira acabam por cometer furtos, roubos, assaltos, para conseguirem dinheiro para a compra da substância. Winnicott (1999, p. 130) deixa claro que existe uma relação direta entre a privação, indivíduo e a delinquência: “A criança anti-social está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade (...)”.

A criança que não possuiu oportunidade de criar um ambiente bom e sadio em

seu interior necessitará sem dúvidas de um controle externo se quiser ser feliz e capaz de brincar e trabalhar. É aí que surge a tendência anti-social da qual Winnicott (1999) fala com propriedade. Um exemplo dessa tendência é a procura da criança por sua mãe, e pela autoridade paterna através do roubo, em que a criança está mergulhada na frustração e necessitando encontrar os limites. Winnicott (1999, p. 139) é preciso ao confirmar que: “A tendência anti-social implica esperança”, pois acredita que a busca pela reparação é um aviso de que algo não está bem, e algo falta à criança. A maneira como ela encontrou para se destacar e pedir ajuda, neste caso, é tendo comportamentos anti-sociais.

No entanto:

Quando existe uma tendência anti-social, houve um verdadeiro desapossamento (não uma simples carência); quer dizer, houve perda de algo bom que foi positivo na experiência da criança até uma certa data, e que foi retirado; a retirada estendeu-se por um período maior do que aquele em que a criança pode manter viva a lembrança da experiência. (WINNICOTT, 1999, p. 140)

Durante os acompanhamentos individuais, escutamos a dor e os pedidos de ajuda dos que perceberam o quanto foram prejudicados pelo uso de drogas, o quanto as perdas foram reais. Assim como sentimos que o arrependimento vem à tona. Quando se fala de drogas e de seu uso, não se pode deixar de pensar na toxicomania e na adicção, termos dos quais discorreremos abaixo.

Segundo Marta Conte (1995), a toxicomania é o paradigma do que é a tendência do mundo no que diz respeito às relações Sujeito – Objeto. O que se torna interessante compreender é o sintoma toxicomaniaco como resposta a um imperativo violento de consumo, e a partir daí inserir esse indivíduo na cultura. A autora fala da toxicomania como efeito e não como causa da violência social, e que o problema da adicção não é algo que está especialmente reservado aos toxicômanos, pois todos nós estamos em estados de adicção. O ser humano depende da sua relação com os objetos simbólicos para viver, sobreviver e se comunicar. A diferença é que na toxicomania esse objeto é real. O toxicômano capta o que esta nas entrelinhas do discurso dominante, tornando-se do ponto de vista manifesto, o anti-herói, e do ponto de vista latente, o herói da nossa sociedade. Depende do ângulo no qual esta sendo observado. Da mesma forma como coloca Melman citado pela autora onde: “a sociedade capitalista sustenta como ideal o consumo, e ignora que é o toxicômano que o realiza plenamente”.

Hoje temos um mercado que impõe a qualquer custo o fato de que devemos sempre estar consumindo, gozando, e nos fazendo em cima do ter, e não do ser. É um discurso dominante que ultrapassa os limites, sem se preocupar como os formadores dessa sociedade lidarão com tudo isso. O ser humano perde-se num mar de interrogações sem respostas e fica sempre à procura delas. A droga é uma das respostas à essa imposição, já que na nossa sociedade o sujeito é a medida de todas as coisas e é obrigado a fazer-se. No caso das drogas, elas tornam o homem seu super-herói, pois ele é a droga que consome, na tentativa da criação e introjeção de uma identidade.

Gurfinkel (1995, p. 39) fala com propriedade sobre o tema:

(...) Devemos partir, inicialmente, de uma observação fenomenológica. Considero fundamental, em primeiro lugar, reconhecermos a diversidade de usos de drogas conhecidos – tanto historicamente quanto no interior de nossa sociedade – no sentido de não reduzir um fenômeno tão variado a uma “doença”

104

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

ou a um “quadro psicopatológico”. Por outro lado, a clínica mostra, de forma evidente, como em determinados casos de ingestão compulsiva de drogas se dá um tal grau de desorganização psíquica que caracteriza uma personalidade grandemente perturbada, aproximando-se fenomenologicamente aos quadros limítrofes.

Através desse conteúdo pode-se observar que um sujeito adicto requer um olhar diferenciado de um ‘doente’, além de atenção relevante, pois se precisa, junto dele, tentar identificar qual a relação que foi estabelecida com este objeto, e o mantém tal relação, ou seja, o que o levou a procurá-la, e o que ele encontra quando a utiliza. E é importante também que seja considerado o contexto de vida do sujeito de maneira holística, pois, a relação que ele estabelece com a droga tem vínculo direto com sua formação física, biológica, espiritual, social, psíquica e mental.

Gurfinkel (1995) cita o trabalho detalhado de Joyce McDougall, a qual tem escritos sobre o sujeito adicto que ajudam a compreender melhor a personalidade do mesmo. Segundo Gurfinkel (1995, p. 45):

A adicção pode ser compreendida, então, como um modelo de funcionamento, que pode se dar com diferentes objetos e em diferentes contextos; esta forma de trabalhá-la abre certamente um importante campo de investigação. (...) Para Joseph, a adicção tem um valor defensivo, sendo uma forma de tortura mas também de sobrevivência: a adicção tem a função básica de evitar uma dor depressiva insuportável (...).

A observação feita por nós é que o sujeito é passível de acolhimento em qualquer circunstância, e que o desejo para o trabalho está presente sempre. O que diferencia um atendimento do outro é a maneira como este sujeito será acolhido considerando sua individualidade, sua história de vida, e quais são os recursos que possui para o desenvolvimento do trabalho. O manejo é uma questão de trato, e principalmente de consciência, comprovando que o mínimo que possa ser feito, deve ser feito e da melhor maneira possível.

Embora a frustração e os impasses sejam acentuados no ambiente em questão, o atendimento é voltado aos internos, e ter isso como meta propicia a eles – e a nós – a garantia de que o possível será feito. Pudemos perceber que o pouco feito – na visão de alguns – é muito, perto de quem provavelmente obteve quase nada em sua vida. Nossa função na instituição não era amenizar as responsabilidades dos internos, trabalhando sob um olhar de compaixão. Tão pouco, estávamos lá para duplicar vossas penas, apontando o quanto erraram e quantos prejuízos causaram. Estávamos lá para fazer um trabalho de acolhimento da dor, do sofrimento, da raiva, do desespero, e dos prazeres sentido por eles.

A supervisão do estágio era feita pela psicóloga da unidade – supervisora de campo – e pela supervisora da Unifil, uma professora da faculdade. As supervisões ocorrem mensalmente, e os casos atendidos eram sempre supervisionados. A experiência é única, embora recheada de dificuldades e frustrações, implica uma troca que vai além dos pontos negativos. Com certeza foi inesquecível bem como insubstituível.

#### 4. CONCLUSÃO

Durante os dois anos em que estivemos atuando como estagiarias da Pel no regime fechado pudemos perceber o quanto pode ser rico o campo de atuação da psicologia em uma instituição penal. Sempre tendo em vista o referencial psicanalítico, o trabalho era conduzido no sentido de oportunizar a fala e expressão subjetiva dos sujeitos atendidos.

Nas entrevistas iniciais além da coleta de dados sobre a vida do sujeito, o acolhimento daqueles que vinham, muitas vezes, angustiados pela situação de aprisionamento. Nos atendimentos de apoio, a oferta de escuta. Durante os atendimentos individuais, acolhimento e auxílio a resolução de conflitos focais. Nos grupos de Apoio e Orientação na Dependência Química o trabalho de conscientização e sensibilização dos apenados em relação ao tema.

Pudemos perceber durante os atendimentos a grande relação que há entre o uso de drogas e os delitos cometidos pelos internos. Frente à realidade vivida, a dor e o pedido de ajuda daqueles que se dão conta do quanto às perdas foram reais. Através da fala do sujeito e da análise de sua história e realidade de vida, nosso papel era de acolhê-los e propiciar condições para que se conscientizassem de sua realidade e responsabilizassem por suas escolhas.

A troca entre os setores no trabalho multidisciplinar também oferece rica experiência de trabalho, uma vez que essa é uma prática priorizada para o trabalho na unidade. Os setores dispostos a trabalharem em conjunto, atenuam as dificuldades da rotina diária dos funcionários. Além do aspecto multidisciplinar, há a priorização do ambiente seguro para o trabalho, em se tratando de uma unidade penal, assim, o setor da segurança sempre a par do tipo de atendimento realizado.

Consideramos o trabalho multidisciplinar entre os setores e a segurança, uma rica experiência no sentido de troca de conhecimentos e também de mediação de conflitos, uma vez que o trabalho só se realiza se as dificuldades forem superadas a cada dia.

Parte importante para a realização de nosso estágio foram as supervisões, em que podíamos contar com o respaldo teórico profissional para os casos atendidos por nós. Mesmo com tantas dificuldades e frustrações, era também neste espaço que fortalecíamos nosso desejo de estar na unidade e de que o trabalho era voltado aos internos, propiciando que o melhor possível fosse feito.

Desta forma, o período de dois anos em que estivemos atuando como estagiarias na Pel se tornou para nós uma experiência única como futuras profissionais de psicologia e também como pessoa. De lá trazemos não só os muitos aprendizados com as situações difíceis, mas também um olhar que ultrapassa os limites dos pontos negativos, como uma flor que brota do asfalto, lembrando Drummond, tornando a experiência enriquecedora e inesquecível.

## REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. **Nova Lei de Tóxico – Das modificações legais relativas à figura do usuário**. 17 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2006/12/07/3962>>. Acesso em: 20 out. 2010.

CONTE, Marta. Os efeitos da modernidade: o consumo de álcool, drogas e ilusões. In: **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, ano VI, n. 12, 1995.

DEPEN. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14> Acesso em: 12 out. 2010.

GURFINKEL, Decio. **A Pulsão e seu objeto-droga: estudo psicanalítico sobre a toxicomania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acesso em: 23 out. 2010.

PRATTA, Elisângela M. M. e SANTOS, Manoel A. **Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contato de adolescentes do ensino médio com substâncias psicoativas.** Disponível em: [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1806-69762006000200005&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1806-69762006000200005&script=sci_arttext) Acesso em 11 de fev. de 2012.

SABINO, Nathali Di M. e CAZENAVE, Sílvia de O. S. **Comunidades terapêuticas como forma de tratamento para a dependência de substâncias psicoativas.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2005000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000200006) Acesso em: 11 de fev. de 2012.

SAÚDE. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/ses/noticias/2009/novembro/pesquisa-aponta-que-40-dos-dependentes-comecam-a-usar-drogas-dos-7-aos-11-anos> Acesso em: 13 de fev. de 2012.

SILVA, Davi André Costa. **Art. 28 da Lei nº 11.343/06. Do tratamento diferenciado dado ao usuário de drogas: medida despenalizadora mista.** Setembro de 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8949> Acesso em: 23 out. 2010.

WINNICOTT, Donald W. **Privação e delinquência.** 3º ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZIMERMAN, David E. **Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise.** Porto Alegre: Artmed, 2001.